

Sarney não crê em novos pacotes

JORNAL DE BRASÍLIA

eleitorais

O presidente do PDS, José Sarney, conseguiu superar sem maiores problemas, a crise de hipertensão que o afastou por alguns dias do cenário político nacional. Dizendo «bem, graças a Deus», o senador maranhense encontra-se disposto a voltar a sua rotina de trabalho «a todo vapor» já na próxima semana.

Acompanhado da esposa, do filho e de um irmão, Sarney deixou ontem de manhã o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, tremulo, um pouco mais magro, e pedindo a compreensão dos jornalistas que o aguardavam, no sentido de não se alongarem na entrevista. José Sarney afastou a possibilidade da elaboração de novos pacotes eleitorais, garantindo que as regras básicas para as próximas eleições serão as existentes e que não mais ocorrerão alterações substanciais na Legislação Eleitoral.

— As regras fundamentais já estão definidas e agora, se tivermos alguma modificação, será de natureza formal, destinada a viabilizar ou simplificar as eleições — assegurou.

Embora assinalasse estar «meio desatualizado em política», Sarney comentou a representação em que o Procurador Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, pediu ao TSE a impugnação da incorporação PP-PMDB: «O Procurador Inocêncio não faria uma representação se não estivesse convencido juridicamente da validade desse trabalho».

Sobre a convenção nacional conjunta do PP-PMDB, programada para o próximo dia 14, assinalou que o PDS e o governo «sob o ponto de vista político, nada tem a ver com a união». Sob o ponto de vista legal — acrescentou Sarney — a nossa preocupação é com a tramitação desta fusão, mas estamos verificando que essa preocupação não era só do nosso partido, mas dos próprios membros do PP que estão demandando perante a Justiça Eleitoral contra esta incorporação.

VETO

Continuando a falar sobre política, demonstrou que não ficou tão afastado assim dos temas políticos durante sua permanência no hospital. Indagado sobre sua avaliação do veto presidencial à lei das inelegibilidades, e se isso pode significar o fim do diálogo governo-oposição, uma vez que representantes governistas participaram da elaboração da referida lei, o senador afirmou que «o presidente Figueiredo não



Sarney quer voltar "a todo vapor"

vetou a lei, mas um pequeno trecho dela, que era evidentemente inconstitucional, e considerado assim por toda a consciência jurídica do país».

Sobre o provável veto ao presidente do PT, Luís Inácio da Silva, Sarney foi enfático: Acho que não. Pelo modo como está atualmente a lei não afeta de nenhuma maneira Lula.

Diante da afirmação de que a direção nacional do PDS tem apenas uma orientação para os políticos governistas do Estado — a de vencer as eleições —, os jornalistas perguntaram ao presidente do PDS sobre a existência de algum nome da preferência da direção do partido. «O PDS é um partido de grandes nomes nesse Estado, e todos estão sendo articulados. Mas nós damos absoluta liberdade às sessões regionais para a escolha dos seus candidatos», respondeu Sarney.

Sarney defendeu o pacote da Previdência Social, afirmando que foi a única alternativa encontrada pelo governo para manter a Previdência funcionando, e dando assistência à população, como «a prestada por esse hospital, que é um orgulho para São Paulo».